

01/fevereiro/2013

Ao: Grupo Vida – Brasil

At.: Srs. Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes nº AUD0074/2013

Prezados senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^{as}. as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012 do Grupo Vida – Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Marcos Venicio Sanches
Assurance Partner

Grupo Vida – Brasil

Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2012

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011	10

Relatório dos auditores independentes

Aos:
Conselheiros e Administradores do
Grupo Vida – Brasil
Barueri – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo Vida – Brasil (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo Vida – Brasil em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

Outros assuntos**Demonstrações contábeis do exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentado para fins de comparação, que foi conduzido sob a nossa responsabilidade, emitido com data de 21 de março de 2012, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Associação em 2012 (ou outra razão, como por exemplo, correção de erros), as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23 (práticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2012, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.2 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2011. Em nossa opinião, esses ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Grupo Vida – Brasil, referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2011 tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2013.

Marcos Venicio Sanches
Contador CRC 1SP-218.030/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Grupo Vida – Brasil é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania do idoso, valorizando o envelhecimento e a qualidade de vida. Fundado em 1997, o Grupo Vida presta serviços gratuitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Localizada na Avenida Itaqui, nº 325 – Bairro Jardim Belval – Barueri – SP.

O Grupo Vida – Brasil tem trabalhado com o objetivo de desmistificar junto à comunidade os preconceitos relacionados ao envelhecimento, além de possibilitar aos idosos avanços quanto à percepção dos seus próprios direitos e deveres, elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

Os projetos desenvolvidos têm como foco a saúde física e mental, assistência social, lazer recreativo, cultural e esportivo, e ações socioeducativas, proporcionando-lhes:

- união, autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
- resgate da cidadania por meio do conhecimento e do exercício de seus direitos e deveres, valorizando o envelhecimento;
- desenvolvimento da autoestima, da amizade com a família e a comunidade em um relacionamento de respeito;
- interação e a colaboração, compartilhamento com entidades congêneres e com a comunidade;
- participação de seus integrantes no desenvolvimento de projetos, por meio do lazer, de atividades pedagógicas, físicas, mentais e sociais, no intuito de promover saúde, longevidade e a melhoria da qualidade de vida em locais que permitam a troca de experiências vividas.

A principal fonte de receita são as subvenções da Prefeitura do Município de Barueri, que anualmente libera verbas para manutenção das atividades, avaliando o orçamento e liberando os recursos ao longo do ano.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, que compreendem os pronunciamentos NBC TG 1.000 “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e ITG 2002 “Entidade sem finalidade de lucro”, ambos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis do Grupo Vida – Brasil (Entidade ou Grupo Vida), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram autorizadas para emissão pelos conselheiros e administradores da Entidade em 01 de fevereiro de 2013.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis:

a) Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento-hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos de outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem um vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c) Estoques

São registrados ao custo da última compra não inferiores ao valor de mercado.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os benefícios econômicos são auferidos.

e) Imobilizado

A Entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: **(i)** o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Entidade; **(ii)** o ativo imobilizado da Entidade é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais e **(iii)** a Entidade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 5.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Obrigações trabalhistas

O referido grupo contempla as previsões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h) Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está sendo apresentada de acordo com a Resolução CFC nº 1.296/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- **atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos;
- **atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

l) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011

A Administração da Entidade está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2011 apresentadas para fins de comparação decorrente de ajustes para corrigir erros identificados em 2012 referentes ao exercício anterior e mudança de prática contábil, conforme a seguir:

- retificação de erros – no exercício de 2011 foi conhecida uma receita no valor de R\$ 420.843, a qual foi devolvida em 30/01/2012 para a Prefeitura de Barueri;
- creditamos o contas a pagar no montante de R\$ 169 e debitamos despesas diversas, referente a despesas que foram contabilizadas em 2012, mas referem-se a despesas de competência do exercício de 2011, não registradas;
- mudança de prática contábil – em 21 de setembro de 2012, foi revogada a norma do CFC NBC T 10.19 e substituída pela ITG 2002, que define que as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, dessa forma, estamos reclassificando para o resultado do exercício o valor de R\$ 40.000 recebido por doação para aquisição de imobilizado, originalmente registrado diretamente no patrimônio líquido.

Desta forma, segundo a norma NBC TG 1000 “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e o CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, a Entidade apresenta a seguir os impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012 referentes aos ajustes retrospectivos efetuados:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	669.997	-	669.997
Total do ativo não circulante	191.244	-	191.244
Total do ativo	861.241	-	861.241

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante			
Contas a pagar	12.807	421.012	433.819
Total do passivo circulante	124.041	421.012	545.053
Passivo não circulante	30.000	-	30.000
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	28.033	-	28.033
Reservas patrimoniais	237.000	(40.000)	197.000
Superavit do exercício	442.167	(381.012)	61.155
Total do patrimônio líquido	707.200	(421.012)	286.188
Total do passivo e patrimônio líquido	861.241	-	861.241

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas operacionais			
Receita de benefício auxílio	-	40.000	40.000
Convênio – Prefeitura Municipal de Barueri	2.925.164	(420.843)	2.504.321
Despesas diversas	(110.610)	(169)	(110.779)
Superavit do exercício	442.167	(381.012)	61.155

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas a pagar	11.196	421.012	432.208
Superavit do exercício	442.167	(381.012)	61.155

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	31/12/2012	Reapresentado – 31/12/2011
Caixa e bancos	50.454	451.984
Aplicações financeiras	37.760	67.493
	88.214	519.477

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em fundos de CDB-DI efetuados junto a instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade média, girando em torno das variações das taxas SELIC e CDI com a liquidez imediata.

4. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	31/12/2012	Reapresentado – 31/12/2011
Alimentação	25.143	7.520
Medicamento	46.112	30.821
Procedimentos para curativos	57.203	57.139
Cama, mesa e banho	16.622	7.290
Higiene e limpeza	13.350	13.211
Utensílios domésticos	255	2.432
Manutenção e EPI	2.835	321
Material de escritório	14.127	16.080
	175.647	134.814

5. Imobilizado líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

Descrição	% – Taxa de depreciação	2012			2011
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10%	141.260	(35.929)	105.331	82.929
Equipamentos de informática	20%	48.492	(31.460)	17.032	17.210
Máquinas e aparelhos	10%	108.692	(23.677)	85.015	87.795
Ferramentas e acessórios	10%	962	(831)	131	226
Total		299.406	(91.895)	207.509	188.160

Movimentação do imobilizado em 2011

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2010	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2011
Móveis e utensílios	60.828	30.254	-	(8.153)	82.929
Equipamentos de informática	14.069	9.488	(1.073)	(5.274)	17.210
Máquinas e aparelhos	98.747	2.080	-	(13.032)	87.795
Ferramentas e acessórios	322	-	-	(96)	226
Total	173.966	41.822	(1.073)	(26.555)	188.160

Movimentação do imobilizado em 2012

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2011	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2012
Móveis e utensílios	82.929	34.958	-	(12.558)	105.329
Equipamentos de informática	17.210	7.556	-	(7.733)	17.033
Máquinas e aparelhos	87.795	10.488	-	(13.266)	85.017
Ferramentas e acessórios	226	-	-	(96)	130
Total	188.160	53.002	-	(33.653)	207.509

6. Intangível líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

Descrição	% – Taxa de amortização	2012			2011
		Custo	Amortização	Intangível líquido	Intangível líquido
Direito de uso de software	20	6.271	(3.651)	2.621	3.084

7. Obrigações trabalhistas

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados por:

	31/12/2012	Reapresentado – 31/12/2011
Provisão de férias e encargos	215.694	110.692
	215.694	110.692

8. Tributos e contribuições

8.1. Isenções previdenciárias

A Entidade encontra-se com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social regular, sendo que até outubro de 2010 não vinha utilizando-se da prerrogativa da isenção da cota patronal do INSS por estar aguardando a aprovação por parte dos órgãos competentes do reconhecimento da isenção de contribuições sociais.

Esta autorização foi efetuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), sendo que a Entidade passou a beneficiar-se da isenção a partir de novembro de 2010.

8.2. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Grupo Vida – Brasil é isento do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167. a 174. do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999, e o Artigo 195. da Constituição Federal (CF).

8.3. PIS

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

8.4. COFINS

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos a Entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas.

9. Isenções previdenciárias usufruídas

Em atendimento ao parágrafo único, Artigo 4º do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidos fossem, gozadas durante os exercícios de 2012 e de 2011:

	31/12/2012	Reapresentado – 31/12/2011
INSS	641.495	396.707
	641.495	396.707

10. Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

As questões, avaliadas como passíveis de perda foram objeto de registro contábeis e totalizaram os seguintes montantes:

	31/12/2012	Reapresentado – 31/12/2011
Trabalhista	10.000	30.000
	10.000	30.000

Provisionamento para fazer face a eventuais perdas em processo trabalhistas.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial diminuído dos deficit e acrescidos dos superavit acumulados desde a fundação da Entidade.

12. Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

13. Projetos desenvolvidos (gratuidades)

A Entidade é subvencionada com recursos do Governo Federal, Governo Estadual e do Município, além dos recursos e doações recebidos de pessoas físicas e jurídicas e brechós, destinando-os aos programas desenvolvidos.

No atendimento ao disposto no inciso VI, do Artigo 3º, do Decreto nº 2.536/1998, a Entidade nos anos de 2012 e de 2011, concedeu as seguintes gratuidades:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado
Residência	3.089.750	2.478.843
Equilíbrio	150.000	99.192
Ciclo de orientação	10.257	9.063
Vincular	729.790	-
(-) Aplicação de recursos	(3.958.149)	(2.166.255)
(-) Recurso a devolver ao órgão parceiro	(21.648)	(420.843)
Total	-	-

14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

* * *